

CASAMENTO E TRABALHO FEMININO NA OBRA DE LIMA BARRETO

Jomar Ricardo da Silva*
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB
jomarricardosilva@hotmail.com
Polyana Santos Cavalcante**
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB
poly-ana_cavalcante@homail.com

Lima Barreto (1881-1922) escritor nascido no Rio de Janeiro, descendente de escravos, autor de romance, crônicas e contos, retratou em sua obra diversos aspectos da sociedade brasileira. Este trabalho tem como objetivo investigar as representações existentes na sociedade sobre a condição social da mulher, a partir da instituição familiar e de sua inserção no mundo do trabalho.

A família é uma das instituições sociais responsáveis pela transmissão da cultura, que atua formando determinados comportamentos no indivíduo, para futuro convívio em sociedade. Fornece às crianças não só instrução de normas éticas e regras sociais, "mas também molda profundamente seu caráter utilizando vias das quais nem sempre ela tem consciência" (LASCH, 1991, p.25). Ela se encarrega de incutir os valores predominantes, aceitos socialmente e através dos pais, símbolo do poder e do amor, transmite a memória familiar, a linguagem, visão do mundo, aspirações sociais, modelo de parentesco e casamento. (THOMPSON, 1993, p. 9-10).

Também é uma instituição que possui "um conjunto de normas definindo direitos e obrigações dos membros e limites entre eles e os não-membros". Ela situa-se entre o sexo e poder, por ser resultado de relações sexuais passadas, e ao mesmo tempo, as regulam "determinando quem pode e quem deve ou não ter relações sexuais com quem." (THERBORN, 2006, p. 12).

No romance *Clara dos Anjos* (1956), o narrador apresenta a transição de uma família patriarcal, a que pertencia dona Engrácia, mãe de Clara dos Anjos, para uma família nuclear. Os Teles de Carvalho, uma família extensa rural, migra para a capital do Império, depois do falecimento do chefe da casa.

Os seus protetores tinham sido abastados; eram descendentes de um alferes de milícias, que tinha terras, para as bandas de São Gonçalo, em Cubandê. Pouco depois da Maioridade, com a morte do chefe da casa, filhos e filhas se

* Professor Doutor em Educação pela UFRN.

** Graduada em Letras- Licenciatura em Língua Portuguesa.

transportaram para a Corte, procurando aqueles empregaram-se nas repartições do governo . Um dos irmãos já habitava a capital do Império e era cirurgião do Exército, tendo chegado a cirurgião mor, gozando de grande fama. Para a cidade não trouxeram nenhum escravo. Venderam a maioria e os de estimação libertaram. Com eles, só vieram os libertos que eram como da família . Pelo tempo do nascimento de Engrácia, havia poucos deles e delas em casa. Só a Babá, sua mãe e um preto ainda estavam sob o teto patriarcal dos Teles de Carvalho (BARRETO, v. V, 1956, p. 87-88).

A família patriarcal, ao agregar um grande número de pessoas em seu meio, incorporava descendentes ilegítimos, que passavam a fazer parte da família com certa tolerância dos filhos reconhecidos legalmente, porém sem as prerrogativas da herança. Engrácia foi criada na situação de igualdade que gozava outros descendentes de escravos, nascidos na casa dos Teles. Sua identidade paterna era uma incógnita para ela mesma, porém não das pessoas próximas da família, que pela intimidade aludiam seu grau de parentesco com os senhores proprietários, espalhando pela localidade o nome de sua paternidade. Por trás do tratamento familiar em que se constituíam as interdependências entre os membros da casa, se escondia um futuro marcado pelos preconceitos causados pela origem social, cor e falta de reconhecimento paterno. Isso também teve conseqüências sobre o destino de Clara dos Anjos.

A família patriarcal teve suas condições de sustentação minadas com as transformações socioeconômicas que a sociedade brasileira passou durante a segunda metade do século XIX. A urbanização, segundo Therborn (2006, p. 41), desafia o poder da autoridade paterna, “pela exibição da heterogeneidade, suas ofertas de opções, na medida em que escapava do controle social.” Em decorrência da atividade comercial surge a grande burguesia industrial brasileira. Logo, a industrialização vai alterar as relações intrafamiliares por separar o local de trabalho do lugar de moradia, enfraquecendo o poder paterno (THERBORN, 2006, p. 41).

A família de Clara dos Anjos surge adequada a essa mudança, pois o pai, vindo da cidade de Diamantina, província de Minas Gerais, em companhia de um inglês que lhe trouxera empregado como pajem, terminou por ocupar a função de estafeta, numa repartição pública. Certificou-se aqui a mudança do modelo familiar da geração de dona Engrácia em relação aos seus descendentes, dos quais Clara foi a única sobrevivente, de uma família patriarcal para uma nuclear. Também necessário se faz uma ressalva a respeito da diferença do sentido do termo patriarcal, utilizado na acepção

de modelo de organização familiar até agora, para de uma conotação empregada pelo exercício do poder masculino no interior da instituição.

É nessa última compreensão que Bourdieu (2003, p. 115) trata da perpetuação das diferenças através da permanência da economia de bens simbólicos, em que o casamento tem papel fundamental por relativa autonomia dela, apesar “das transformações dos modos de produção econômica”. Embora a economia da sociedade brasileira tenha sofrido significativas alterações a partir de meados do século XIX, a família do início do século XX possuía a predominância do poder patriarcal, a ser percebido nos papéis exercidos entre homens e mulheres no seu interior.

Essa reprodução permanece não por motivação externa à família, mas pela sua própria concorrência. As mulheres das camadas sociais empobrecidas continuaram com as funções de se responsabilizar pela criação da prole, alimentação e demais atividades caseiras. Para Bourdieu isso acontece porque

é, sem dúvida, à família que cabe o papel principal na reprodução da dominação e da visão masculinas; é na família que se impõe a experiência precoce da divisão sexual do trabalho e da representação legítima dessa divisão, garantida pelo direito e inscrita na linguagem (2003, p.103).

Clara dos Anjos aprendeu em casa a divisão sexual do trabalho com os pais. Ela então com dezessete anos já participava das tarefas domésticas, ajudando a mãe a preparar o jantar ou requentar o café para o pai que jogava com os amigos. Nos seus gestos de aprendizagem não está em questão apenas seu desempenho de futura dona de casa, mas a manutenção de uma ordem de reprodução de bens simbólicos e visão de mundo masculino, que segundo Bourdieu são garantidas pelo direito e inscrito na linguagem. Isso se inscreve através de um desenvolvimento do *habitus* de tal maneira no indivíduo que lhe dará impressão de segunda natureza e norteará sua concepção de casamento.

O seu ideal na vida não era adquirir uma personalidade, não era ser ela, mesmo ao lado do pai ou do futuro marido. Era constituir função do pai, enquanto solteira, e do marido, quando casada. Não imaginava as catástrofes imprevistas da vida, que nos empurram, às vezes, para onde nunca sonhamos ter de parar. Não via que, adquirida uma pequena profissão honesta e digna do seu sexo, auxiliaria seus pais e seu marido, quando casada fosse (BARRETO, v. V, 1956, p. 139).

A narração, sobre o que Clara dos Anjos pensava e do que esperava, atingiu o paroxismo de sua negação enquanto ser individual, pela anulação de si em função do pai e do marido depois do casamento. Sua vida representaria um apêndice aos modos de viver das pessoas que povoavam seu mundo masculino, pai e marido. Entretanto abriu-se uma esperança por meio do trabalho, se não de uma existência independente, pelo menos com relativa autonomia da dominação e da visão masculinas, desde que fosse compatível com seu sexo, para aceitação de uma profissão reconhecida socialmente e com a finalidade de auxiliar os pais e o marido.

Entre as profissões que uma jovem pobre poderia exercer estavam aquelas que se caracterizavam em extensões de trabalhos domésticos, já que o emprego em indústria e comércio representava poucas oportunidades para o sexo feminino (CHALHOUB, 2001, p. 204). Dentre as atividades, exceto a prostituição, profissão indigna, que as mulheres pobres desempenhavam, encontravam-se as de lavadeiras, domésticas e vendedoras nas ruas da cidade. Outro tipo de trabalho realizado por mulheres era, “nos subúrbios afastados do centro do Rio, em suas pequenas casas, [...] plantar hortas ou criar uns poucos animais para ajudar no sustento da família” (HAHNER, 2003, p.207). Era o caso de dona Margarida Weber Pestana que “costurava para fora, bordava, criava galinhas, patos e perus, e mantinha-se serenamente honesta” (BARRETO, v.V, 1956, p.76). Essa atividade de subsistência que ela fazia a tornava semelhante as demais senhoras suburbanas.

Todavia, em outros aspectos ela, filha de pai alemão com mãe russa, constituía-se no tipo de mulher fora das expectativas impostas pelos discursos médicos da época, que faziam do sexo feminino uma representação de “criatura fraca por natureza,” em que suas principais virtudes “passavam a ser a sensibilidade, a doçura, a passividade, e a submissão” (CHALHOUB, 2001, p. 178). Essa mulher fugia dos padrões de feminilidade. Depois da morte do marido, ela assumiu as responsabilidades de provedora de lar e protetora da casa, atribuições reservadas aos homens, ao trabalhar na criação de animais para manter a renda familiar suficiente para educar o filho. Na condição de viúva, não aceitava ser desrespeitada por maliciosos, chegando a reagir com energia aos “ditinhos de amor chulos’ do malandro Ataliba Timbó. Para defender seu parco patrimônio durante à noite, usava arma de fogo contra os larápios que tentavam furtar seus bichos que ficavam no quintal da casa. Conciliava em sua

personalidade a coragem e a bondade, traços que levavam-na ao respeito de todos. Dona Margarida ainda estimulava Clara dos Anjos a exercer o trabalho de bordadeira para atender encomendas externas, apesar do empecilho posto por seu pai inicialmente, Joaquim dos Anjos:

A muito custo, devido às insistências de Dona Margarida, consentira em ajudá-la nos bordados, trabalhos para fora, com o que ia ganhando algum dinheiro . Não que fosse vadia, ao contrário; mas tinha um tolo escrúpulo de ganhar dinheiro por suas próprias mãos. Parecia feio a uma moça ou a uma mulher (BARRETO, v.V, 1956, p. 139).

O motivo da resistência de seu Joaquim dos Anjos ao trabalho de Clara dos Anjos estava na natureza do trabalho manual em que consistia o bordado. Havia um preconceito em relação às atividades manufatureiras, devido ao passado escravista da sociedade brasileira. Dona Margarida, mulher descendente de imigrantes, diferente dos familiares de Clara dos Anjos, era insuscetível à discriminação do trabalho manual, ao contrário, era honrada por “ganhar dinheiro por suas próprias mãos”. A autonomia e altivez de dona Margarida contrastavam com os modos de ser da mãe de Clara dos Anjos, dona Engrácia, em que “O seu temperamento era completamente inerte, passivo. [...] era incapaz de tomar uma iniciativa em qualquer emergência. Entregava tudo ao marido, que, a bem dizer, era quem dirigia a casa.” (BARRETO, v.V, 1956, p.87).

A educação das mulheres contemplava uma aprendizagem apenas do que as suas necessidades futuramente iriam requerer delas. Devido ao fato de dona Engrácia pertencer às classes populares, sua instrução poderia ser adstrita ao ensino de corte e costura, pois, ler e escrever lhe valeria pouco no desempenho da função de mãe (ALMEIDA, 2007, p. 112). O dispêndio de energia era compatível com as tarefas de dona de casa e conforme a imposição do cientificismo médico da época, qualquer trabalho extradoméstico das mulheres era visto como desperdício de energia, comprometendo a saúde feminina e, conseqüentemente, o equilíbrio da sociedade (MATOS, 2003, p. 114).

Com as mudanças sociais ocorridas no país no último quartel do século XIX, as regras do casamento, por conseguinte, também sofreram transformações perceptíveis no início do século XX. Começa-se uma fase em que a escolha matrimonial deixa de ser assunto de família e passa a ficar a encargo dos indivíduos, tornando-se um tema

relativamente livre e, “mais do que isso, com expectativa de ter o amor como base” (TRIGO, 1989, p. 89). Relativamente livre porque havia uma vigilância constante sobre o namoro. Essas considerações foram trazidas no romance *Numa e Ninfa*:

O namoro, como em toda a parte, impera; é feito, porém, com tantas precauções, é cercado de tanto mistério, que fica tendo o amor, além da sua tristeza inevitável, uma caligem de crime, de cousa defendida.

Por parte dos pais, dada a sua condição, há o temor de sedução, da desonra e a vigilância se opera com redobrado vigor sobre as filhas; e, para vencê-la, há os processos avelhantados da linguagem das flores, dos meneios do leque e da bengala, e o geral aos bairros, do “abarracamento”.

Não é verdade, como fazem crer os panurgianos de “revistas” e folhetins *surannés*, que os seus bailes sejam cousas licenciosas. Há neles até exagero de vigilância materna ou paterna, de preceitos, de regras costumeiras de grupo social inferior que realiza a criação ou a invenção de outro grupo. (BARRETO, v. III, 1956, p. 85).

Depois de afirmar que o namoro no início do século XX era uma prática disseminada por toda a sociedade, o narrador fez uma observação: em função das precauções que cercavam a relação dos jovens, o namoro parecia um ato ilícito. A preocupação dos pais, pela sua condição, em redobrar a vigilância das filhas era pertinente por causa do medo da desonra. Isso acontecia, segundo Perrot (2006, p 266), porque “a família não é apenas um patrimônio. É também um capital simbólico de honra. Tudo o que arranha sua reputação, que mancha seu nome, é uma ameaça”. A defesa da honra familiar era em que se encontravam as razões para a vigilância dos pais em relações às filhas. A honestidade das moças solteiras estava atrelada à condição social e um atributo moral, “selados por um estado fisiológico”, a virgindade. Qualquer mácula dirigida a um desses aspectos atingia a honra feminina com poder inexorável, mas nada comparado a ruptura do “selo” fisiológico, que lhe representava o “único dote natural irreparável” (CAULFIELD, 2005, p. 78).

A personagem Clara dos Anjos tinha consciência da relação entre os fatores social e moral como referências da honestidade feminina. No final do romance, ao narrar o desfecho do infortúnio da protagonista, sugere o que as mulheres de condição humilde precisavam para não passar mais por uma situação daquela:

O que era preciso, tanto a ela como às suas iguais, era educar o caráter, revestir-se de vontade, como possuía essa varonil dona Margarida, para se defender de Cassis e semelhantes, e bater-se contra todos os que se opusessem, por este ou aquele modo, contra a elevação dela, **social e**

moralmente. Nada a fazia inferior às outras, senão o conceito geral e a covardia com que elas o admitiam... (BARRETO, v.V, 1956, p. 196). (grifos nossos).

Daí as dificuldades de Clara dos Anjos em enfrentar sua nova situação depois de ter sido deflorada por Cassi Jones. Os preconceitos em relação à mulher solteira, as desconsiderações de outros homens pelas desvirginadas, enfim, o desprezo de todos, pelo “conceito geral”, por uma moça sem honra, levavam Clara dos Anjos a se sentir a pessoa mais ignóbil do mundo. Sua expressão final no romance revela o estado de ânimo que uma mulher pobre poderia sentir naquela situação: “Nós não somos nada nesta vida” (BARRETO, v. V, 1956, p. 196). Abandonada por Cassi Jones, grávida, solteira, sem estudos, sem profissão, o medo que se avizinhava de Clara dos Anjos era ser obrigada a entregar-se à prostituição. Acabaram ali os sonhos e esperanças de, como todas as moças de sua idade, encontrar um novo namorado, noivar e casar-se para viver em função do esposo e dos filhos.

Havia uma coerção implícita da sociedade impondo a regra obrigatória para o casamento da mulher. Uma representação imposta por todas as instituições a começar pela família e reforçada pela escola. Em todos os ambientes estava grassada a ideia da necessidade de casamento. As repercussões que isso fazia na individualidade das moças, em se tratando de não alcançar o objetivo, era se sentiram culpadas por uma falta, e chegavam a se punirem com o senso moral reproduzido em forma de vergonha.

Diante do quadro em que a família pequeno-burguesa inseria-se, no início do século XX, continuou havendo casamento por interesse de família. No romance *Numa e ninfa* aparece Edgarda realizando um casamento que satisfazia um arranjo político do seu pai e sua conveniência. Numa Pompílio de Castro, Chefe de Polícia, por fazer do seu cargo uma estratégia de ascensão social, desposou Edgarda que “talvez já tivesse achado um que era do seu amor, mas não era de sua prudência”.

Nunca supôs que aquele bacharel esguio, amarelado, cabelos duros, com um grande queixo, vestido com um apuro exagerado de provinciano, premeditava casar-se com ela, mas, ócio provinciano, a falta de galanteadores passáveis, a vontade de matar o tédio, fizeram-na esquecer a artificial representação que tinha de si mesma e aceitou as homenagens do chefe de polícia de seu pai. O governador via com bons olhos a aproximação dos dois e pareceu-lhe que o casamento de ambos seria útil à sua política (BARRETO, v. III, 1956, p. 36).

Apesar de sonhar do alto de seu castelo, Edgarda terminou se rendendo às condições que a realidade lhe oferecia. Não tinha pensado em casar-se com um tipo provinciano como Numa Pompílio, todavia, com a ajuda do seu pai, ele poderia fazer uma promissora carreira política e ela satisfaria, através dele, sua ambição de esposa de importante mandatário da nação.

Numa Pompílio e Edgarda passaram a viver uma rotina, com o esposo fazendo os passeios de costume pelas ruas e livrarias da cidade. Os dois faziam as visitas aos amigos, mantendo as aparências de casal solidário. Porém, em casa, o silêncio entre os dois predominava.

A mulher em que o casamento já começara a pesar, aborrecia-se com esta obscuridade. Não o amara, não o supunha inteligente, mas havia sei que de organizado nele, de médio, de segurança de processo, que esperou sempre que a política o fizesse pelo menos conhecido; mas, assim, não o queria e o seu enlace era um desastre sem desculpa aos seus olhos. (BARRETO, v.III, 1956, p. 38).

A constatação que incidia sobre Edgarda era o peso do casamento. Não encontrava, através do matrimônio com Numa Pompílio, a realização do que tanto almejava, ser a esposa de um político de grande reputação da República. Todavia, até aquele momento ele não saía da obscuridade. Tinha a consciência que nunca o amara, mas esperava pelo menos que seu senso burocrático, mesmo desprovido de inteligência, o alcançasse, senão a glória da política, possivelmente o reconhecimento parlamentar por parte da imprensa e da população. A conclusão que ela chegou foi que com essas condições não o queria, portanto seu casamento representava um fracasso.

Insatisfeita com a união que fizera com Numa Pompílio e certa de que não o queria, a oportunidade de ser atraída para relações extraconjugais se fazia presente. Quando Numa Pompílio de Castro foi eleito deputado federal, veio para seu desembarque, no Rio de Janeiro, entre os parentes da esposa, um primo chamado de Benevenuto, que segundo seu conhecimento tinha fama de extravagante. Numa Pompílio procurou tratá-lo com polidez própria de suas capacidades judiciárias, mas ficou admirado da alegria com que Edgarda o recebeu e do olhar curioso que deitou sobre o todo do parente (BARRETO, v. III, 1956, p. 37).

A observação de Numa Pompílio não chegou a ser uma desconfiança da mulher. A sua vida de parlamentar, cheia de obrigações, sempre contou com a decisiva

contribuição de Edgarda, que pensando no êxito do marido na atividade política, entregava-lhe pronto os discursos pronunciados na Câmara. Um dia crucial para a carreira de Numa Pompílio chegaria e ele precisava de um pronunciamento para o dia seguinte, para desfazer a má impressão que deixara, quando resolvera, com imprudência, falar de improviso. Chegou em casa atordoado, mas logo encontrou em Edgarda a tranqüilidade que precisava. Ela prontificou-se a redigir o discurso se dirigindo para a biblioteca da casa, enquanto ele foi dormir para aliviar a preocupação. Depois de usufruir as primeiras horas de sono, acordou e se deu conta de que a mulher não estava na cama e

Pensou em ir ver a mulher; em ir agradecê-la com um abraço o trabalho que estava tendo por ele. Calçou as chinelas e dirigiu-se vagarosamente, pé ante pé, até ao aposento onde ela estava. Seria uma surpresa. As lâmpadas dos corredores não tinham sido apagadas... Que seria? A porta estava fechada. Abaixou-se e olhou pelo buraco da fechadura. Ergueu-se imediatamente... Seria verdade? Olhou de novo. Quem era? Era o primo... Eles se beijavam, deixando de beijar, escreviam. As folhas de papel eram escritas por ele e passadas logo a limpo pela mulher. Então era ele? Não era ela? A carreira... o prestígio... senador... presidente... Ora bolas!
E Numa voltou, vagarosamente, pé ante pé, para o leito, onde sempre dormiu tranqüilamente (BARRETO, v.III, 1956, p.265).

Numa Pompílio se deparou com uma cena vista pelo buraco da fechadura. A primeira vez duvidou do que vira: “será verdade?” Olhou novamente para se certificar de que sua mulher estava aos beijos com o primo Benevenuto que escrevia o discurso que lhe salvaria a reputação de grande orador e a mulher passava a limpo a matéria. Então descobriu que o verdadeiro autor das suas exposições era o homem que lhe traía com a mulher. Logo, ante a decisão de estabelecer a honra maculada e o futuro da carreira política, Numa Pompílio preferiu ficar com esta última.

Com isso, se conhece as representações da sociedade em que viveu Lima Barreto, a partir da compreensão da trajetória da família brasileira em sua transição da família patriarcal para nuclear. As mudanças efetuadas nesta instituição, em decorrência das transformações sócio-econômicas que afetaram o país, a partir da segunda metade do século XIX, enfraqueceram o poder patriarcal, possibilitando que as escolhas para o casamento fossem motivadas pelos sentimentos amorosos dos pretendentes. No entanto, as mulheres permaneceram submetidas a uma estrutura de dominação masculina em que o casamento não acenou com suas perspectivas de liberdade e realizações pessoais.

O problema estava na educação que homens e mulheres recebiam, para representar papéis diferenciados. Quando convocados pela sociedade para coabitarem na imposição do matrimônio, sentiam-se na impossibilidade de conviverem em uma justa relação, em que prevalecesse a igualdade entre ambos. As desigualdades, tanto na educação das crianças como entre o marido e a mulher, eram antecedentes que resultavam na dominação da preponderância de visão de mundo masculina sobre a feminina.

Dessa forma, o estudo da temática pode fornecer elementos de reflexão no ensino de história em caráter interdisciplinar com a literatura para uma mudança de comportamento nas relações de gênero para as futuras gerações.

Referências

- ALMEIDA, Jane Soares de. **Ler as letras:** por que educar meninas e mulheres? Campinas: Autores Associados, 2007.
- BARRETO, Lima. **Clara dos Anjos. Romance.** São Paulo: Brasiliense, 1956, v. V. _____, *Numa e Ninfa.* Romance. São Paulo: Brasiliense, 1956, v. III.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Trad. Maria Helena Kühner. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra:** moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918 – 1940). Trad. Elizabeth de Avelar Solano Martins São Paulo: Unicamp, 2005.
- CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim:** O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque*. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2001.
- HAHNER, June E. **Emancipação do sexo feminino.** Florianópolis: Editora Mulheres, 2003.
- LASCH, Christopher. **Refúgio num Mundo sem Coração.** A família: santuário ou instituição sitiada? São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- MATOS, Maria Izilda S. de. Delineando corpos: as representações do feminino e do masculino no discurso médico. In: MATOS, Maria Izilda S. de; SOIHET, Raquel. (Orgs.). **O corpo feminino em debate.** São Paulo: Unesp, 2003.
- PERROT, Michelle. Dramas e conflitos familiares. In: PERROT, Michelle. (Org.). **História da vida privada.** Da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial. v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- THERBORN, Göran. **Sexo e poder.** A família no mundo 1900-2000. Trad. Elisabete Dória Bilac. São Paulo: Contexto, 2006.
- THOMPSON, Paul. **A transmissão cultural entre gerações dentro das famílias:** uma abordagem contada em Histórias de Vida. In: ANPOCS, Ciências Sociais Hoje, 1993.
- TRIGO, Maria Helena Bueno. **Amor e casamento no século XX.** In: D'INCAO (org.). Maria Angela. São Paulo: Contexto, 1989.